

# DA ENERGIA UTÓPICA DO LEVANTE À ATUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA ORDEM<sup>1</sup>

FROM THE UTOPIAN ENERGY OF THE UPRISING TO THE UPDATING OF THE PRODUCTION OF ORDER

**Márcia Pereira Leite**

Professora associada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na graduação, na especialização em Sociologia Urbana e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, especificamente na linha de pesquisa Cidade, Religião e Movimentos Sociais. Tem diversas publicações (livros e artigos) sobre esses temas, tratados analiticamente da perspectiva da gestão dos territórios de favelas e periferias e da sociabilidade individual e coletiva produzida nessas localidades. É pesquisadora no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Cidades – Núcleo de Pesquisas Urbanas da UERJ e no grupo de pesquisa CNPq Distúrbios: ordens e resistências. Integra o Conselho Editorial do Dicionários de Favela Marielle Franco.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão de comunicação apresentada no 1º seminário do Projeto Temático Militarização no Rio de Janeiro: Compreendendo Efeitos Sobre Territórios e Dinâmicas Sociais Contemporâneas, financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em abril de 2023 na UERJ. Agradeço os comentários dos colegas participantes do projeto temático e do seminário, os quais me ajudaram a refinar alguns pontos aqui desenvolvidos.



## RESUMO

Neste artigo procuro analisar as *Jornadas* de 2013, considerando a “energia utópica” que expressaram e como foram capazes de produzir novas subjetivações que confrontaram a “ordem pública”, sobretudo do ângulo dos movimentos de favelas e periferias. Discuto como as *Jornadas* impactaram o “problema da ordem” e as alternativas de resposta e controle que então foram produzidas no campo da militarização da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornadas de 2013; subjetivação política; ordem; militarização.

## ABSTRACT

In this article I try to analyze the *Jornadas* of 2013, considering the "utopian energy" they expressed and how they were able to produce new subjectivations that confronted the "public order", especially from the angle of the favela and periphery movements. I discuss how the *Jornadas* impacted the "problem of order" and the alternatives for response and control that were then produced, in the field of the militarization of society.

**KEYWORDS:** Journeys of 2013; political subjectivation; order; militarization.

*“Sigo creyendo que hay un derecho al delirio, a clavar los ojos más allá de la infamia, a adivinar otro mundo posible, el derecho por el que vale la pena luchar, el derecho de imaginar el futuro en lugar de aceptarlo, el derecho a hacer historia en lugar de padecerla, ese es un derecho humano por más que sea difícil conquistarlo.” — Eduardo Galeano, Carta ao señor Futuro<sup>2</sup>*

## Introdução

Uma década das *Jornadas* de 2013. Uma data redonda quase sempre evoca reflexões e comemorações sobre os eventos passados. Desta vez, os 10 anos das *Jornadas* motivaram diversos seminários e publicações dedicados a pensar seus significados e desdobramentos,<sup>3</sup> muitos dos quais analisando-os em termos das possibilidades e dos limites que trouxeram para a consolidação da frágil democracia que ainda temos.<sup>4</sup>

Neste artigo também proponho refletir sobre as *Jornadas* com base nessa perspectiva, mas tendo por foco os moradores de territórios de favelas e periferias cariocas, que constituem, há muitos anos, meu principal interesse de pesquisa. Acredito que as reflexões que avanço partindo do Rio de Janeiro (RJ) – cidade em que vivo e pesquiso – têm um interesse heurístico para pensar significados e desdobramentos das *Jornadas* (e da repressão às manifestações) em outras grandes cidades do país, especialmente pelo fato de o Rio vir sendo pensado há muitos anos como “laboratório da nação” no que concerne à violência urbana (LEITE, 2001). Também esclareço, desde logo, que não pretendo analisar as *Jornadas* de um ponto de vista teleológico, apontando erros ou acertos desse movimento com base nos efeitos que produziu, mas que apenas hoje podemos avaliar e comentar.

<sup>2</sup> Já quase concluía o artigo quando me deparei com um *post* no Facebook de Manuel Eugenio Gándara Carballido, em meio às repercussões das eleições presidenciais na Argentina e à guerra de Israel contra a Palestina, citando Galeano. Agradeço a Manuel pela citação, pois mesmo que não me tenha sido dirigida, me inspirou a esclarecer a *energia utópica* a que Foucault se refere.

<sup>3</sup> Diversas universidades organizaram seminários para discutir as *Jornadas*, que também foram tema de muitas publicações na grande mídia e na mídia alternativa, bem como de muitos artigos. Destaco, como referência, a revista *Desigualdade & Diversidade*, ano 2023/1, n. 23, que apresenta o excelente dossiê “Dez anos das Jornadas de Junho: as múltiplas dimensões e desafios da revolta social”.

<sup>4</sup> Basta lembrar os ataques ao sistema democrático na campanha eleitoral para Presidência da República, em 2022, e da tentativa de golpe bolsonarista em 8 de janeiro de 2023.



Ao contrário, penso as *Jornadas* como um *acontecimento*,<sup>5</sup> no sentido que lhe foi atribuído por Rancière (1995), isto é, como “a conjunção de um conjunto de fatos e uma subjetivação” (RANCIÈRE, 1995 *apud* ALVES, 2014, p. 239).<sup>6</sup> Um *acontecimento* cujos desdobramentos estavam em disputa pelas forças políticas que nele ou sobre ele atuaram, definindo ou influenciando seus rumos e suas alianças e, ao mesmo tempo, construindo narrativas diversas sobre ele e sobre as políticas estatais “desejáveis” – ora para atender algumas das demandas contidas nas *Jornadas*, ora para evitar sua presença e sua repercussão política mais ampla.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, buscando ser fiel à concepção de Rancière (1995) de *acontecimento*, discuto a dimensão da subjetivação expressa pelas *Jornadas*. É por isso que o artigo abre com a citação em epígrafe de Eduardo Galeano. Com ela, quero referir à *energia utópica* e à *espiritualidade política* de que nos fala Michel Foucault (2019) para discutir as *Jornadas* de forma independente dos resultados políticos e institucionais que ajudou a produzir.

Na segunda, analiso alguns dos significados e desdobramentos das *Jornadas* para os moradores de favelas e periferias, quer tenham participado das manifestações ou não. Meu interesse nesta parte do artigo foi pensar que subjetivações políticas foram então produzidas e, assim, como as *Jornadas* abriram outras possibilidades de luta por direito à cidade para seus movimentos sociais organizados no Rio de Janeiro.

Nas considerações finais, a terceira parte, apresento uma breve reflexão sobre como a *energia utópica* e as ações políticas desenvolvidas ao longo das diversas manifestações, que construíram o que entendemos como as *Jornadas de 2013*, impactaram a redefinição do “problema da ordem” não apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas no conjunto da sociedade brasileira.

Recorro aqui novamente a Foucault (2004) e à sua concepção de que os levantes populares, como os de 1968 na França (e, advogo, as *Jornadas* no Brasil) produziram, através de uma série de insurreições de condutas que questionavam o estado em seus fundamentos,<sup>7</sup> uma crise de governabilidade que levou a uma atualização do “problema da ordem” no Brasil.

<sup>5</sup> Uso o itálico para noções e conceitos dos autores que inspiraram minha reflexão.

<sup>6</sup> “Não há acontecimento [...] sem um alguém por quem e para quem ele tem sentido de acontecimento”, diz Rancière (1995, *apud* ALVES, 2014, p. 338). Para saber mais, ver o excelente artigo de Alves (2014), que analisa o sentido do termo nas obras de Rancière, Carlo Ginzburg, Michel Foucault e François Dosse.

<sup>7</sup> “[...] a verdade econômica em relação ao erro, à incompreensão, à cegueira, o interesse de todos por oposição ao interesse particular, o valor absoluto da população como realidade natural e viva, a segurança em relação à insegurança e ao perigo, a liberdade em relação à regulamentação [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 363, tradução nossa).



## O levante popular como *acontecimento* e manifestação de uma *espiritualidade política*: elementos para pensar as *Jornadas*

Em uma série de entrevistas, publicadas após suas duas viagens ao Irã no final dos anos 1970,<sup>8</sup> Foucault dedicou-se a pensar o significado da revolução islâmica, ocorrida naquele país em 1979. Para o autor, ela expressava uma vontade geral e uma *espiritualidade política*.<sup>9</sup> O que lhe interessou, então, não foram as novas leis, práticas e poderes que reenquadraram a vida dos habitantes daquele país, tampouco seus efeitos em termos das limitações que impuseram às suas liberdades – temas aos quais a maior parte dos analistas se dedicou. Seu interesse estava voltado para a *energia utópica* que motivou o levante popular, a experiência de uma revolução com as pessoas tomando inteiramente as ruas, conectando-se por meios digitais, sem liderança de qualquer organização representativa e sem um programa de governo projetando uma nova sociedade (BALBINO, 2019).

A revolução iraniana, com massiva adesão popular, colocou à prova os quadros analíticos de que até então dispúnhamos para pensar as insurreições populares. Foucault percebeu isso de imediato. Impossível explicá-la pela movimentação das estruturas históricas e das relações de poder. Compreendendo a revolução islâmica como um *acontecimento*,<sup>10</sup> ele se perguntou o que fazia com que as pessoas se revoltassem nessas condições? Que experiências e subjetividades esse tipo de insurreição criava? O que levava as pessoas a se lançarem às ruas sem medo das represálias (inclusive, em alguns casos, a morte) que certamente adviriam? O que as movia para viverem essa *experiência utópica*? *Vontade geral*, e, sobretudo, *espiritualidade política* foram as categorias que empregou para tentar compreender a revolução islâmica; de modo mais geral, a sublevação dos sujeitos nessas condições – o que classificou como o *enigma da revolta*.<sup>11</sup>

Laval (2019), em seu belo posfácio à obra citada, traz os elementos para compreendermos o *enigma da revolta* como experiência e vivência da *energia utópica* no campo da alteridade: “transgressão, resistência, insurreição, levante, todos estes termos nos remetem a modalidades de experiência da alteridade” (p. 114). Não necessariamente em relação ao outro, mas a si mesmo como sujeito. Mais do que uma revolta explícita em relação aos dispositivos de poder, a vontade (e a crença em sua possibilidade) de “criar novas formas de se relacionar com a cultura, com o corpo, com o trabalho” (BALBINO, 2019, p. 14).

Se seguirmos a interpretação de Foucault e de seus analistas, o que muitos viram como uma fraqueza das *Jornadas* – uma pauta ampla e indefinida politicamente – seria sua força, apesar de

<sup>8</sup> Ver as entrevistas reunidas em Foucault (2019), em livro organizado por Lorena Balbino.

<sup>9</sup> O que lhe rendeu diversas críticas, embora o autor explicasse reiteradamente que, por *espiritualidade política*, não se referia à religião, tampouco expressava qualquer tipo de apoio ao aiatolá Khomeini.

<sup>10</sup> Para Foucault (2019), a revolução é um *acontecimento* que se vive, que recusa a sujeição, que é vivido como uma nova subjetivação.

<sup>11</sup> Com isso, repensa vários levantes populares, inclusive o “Maio de 1968” na França e seus desdobramentos. Sobre esses eventos, ver Ali (2008).

sua derrota: a enunciação por multidões nas ruas de um “chega, não dá mais, não quero mais”, mesmo sem programa político definido para construir uma alternativa institucional e política. Em suma, um movimento de massas animado por um sentimento e uma atividade política emulados pela possibilidade de construir outra sociedade, a qual contemplates aquelas novas formas. Para Foucault (2019), essa *energia utópica* e essa experiência de alteridade dos sujeitos – que querem viver de outra maneira e, por isso, decidem se deslocar de sua posição anterior (em um movimento da sujeição à subjetivação) e agir – constituem a *espiritualidade política* que anima revoluções e levantes populares.

Como sabemos, as *Jornadas* foram estigmatizadas e reprimidas e a insurreição de condutas que expressava a *energia utópica* que continha, derrotada.<sup>12</sup> Mas, o que me interessa inicialmente neste artigo é pensar a *produtividade desse fracasso*, não do ângulo dos vencedores, e sim dos vencidos. Sigo aqui a orientação analítica de Malpas e Wickham (1995)<sup>13</sup> para pensarmos a dimensão produtiva do “fracasso”, examinando, no item que se segue, alguns dos conflitos que fez emergir e os agenciamentos que promoveu.

### Significados e desdobramentos das *Jornadas* para moradores de favelas e periferias cariocas

As manifestações começaram, como se sabe, por causa do aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus e de metrô na cidade de São Paulo (SP), tendo por palavra de ordem “se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”. Organizadas inicialmente pelo movimento de estudantes pelo “passe livre”, agregaram, de imediato, estudantes de todo o país. A cada manifestação a truculência da repressão policial despertava horror, crítica e maior apoio e adesão às *Jornadas*, que se estenderam por quase todas as grandes cidades do país, incorporando outros segmentos populacionais. E, com isso, realidades diferenciadas e demandas também diversas. Rapidamente, nas articulações entre os grupos que “puxavam” as *Jornadas* e também nas ruas, o “não aos 20 centavos” se ampliou, incorporando outras demandas.

No caso do Rio de Janeiro, vivíamos a preparação da cidade para a Copa do Mundo de futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). A crítica mais geral e explícita das *Jornadas* tornou-se relativa aos gastos efetuados pelos governos federal, estadual e municipal para financiar a organização desses grandes eventos, segundo as exigências da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e do Comitê Olímpico Internacional (COI). “Queremos escolas padrão FIFA” ou “exigimos hospitais padrão FIFA” eram palavras de ordem proferidas pelos organizadores do movimento, e também estavam nas muitas faixas e nos gritos dos manifestantes. Aqui e acolá,

<sup>12</sup> Como o demonstram diversas publicações citadas na nota 3.

<sup>13</sup> Agradeço à minha querida colega, Carly Machado, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a sugestão bibliográfica.



faixas e gritos pelo direito à moradia. Passávamos de uma demanda corporativa dos estudantes (que bem poderia ter sido incorporada por todos os trabalhadores, mas não foi o caso), para uma crítica da sociedade e do estado em termos da ampliação do direito à cidade.

Mas a crítica também se dirigia aos dispositivos de poder que buscavam normatizar ou impedir as pessoas de escolherem como se relacionar com suas opções religiosas e com o corpo e o gênero para além das regulamentações governamentais. Foram muitas e intensas as manifestações nas *Jornadas* pela liberdade religiosa e contra a intolerância, assim como pela afirmação do direito das mulheres sobre seus corpos e pelo direito ao aborto (àquela altura já muito contestado no Legislativo federal). Assim como pelo direito de escolher com quem se relacionar sexualmente – uma dimensão/liberdade da vida privada contestada e perseguida pelo Congresso conservador.

De todas as manifestações de que participei (e foram muitas), guardo uma lembrança especial de um evento por seu caráter espontâneo e um tanto jocoso (para mim, já então uma senhora de 60 anos). Íamos da Cinelândia à Candelária (os dois principais marcos/lugares de manifestação política no Rio de Janeiro). Nada organizado. Apenas uma multidão saindo do metrô da Cinelândia e se encaminhando para o ponto de encontro em frente à Igreja da Candelária. De repente ecoou, timidamente, uma palavra de ordem: “meu cu é laico”. Traduzia a crítica e o enfrentamento à tentativa de setores conservadores do Congresso de criminalizarem o homossexualismo, mas também, como é óbvio, a afirmação da liberdade de cada um viver sua vida como quisesse. E uma multidão – jovens, velhos, homossexuais, heterossexuais, brancos e negros, religiosos de diversas matrizes – bradou em coro “meu cu é laico”, percorrendo quilômetros até chegarmos à Candelária.

Insurreição de condutas e crítica ao estado, em todos os seus níveis. A crítica à regulação de condutas na vida privada foi vista como um desafio ao Congresso conservador e às articulações políticas que nele se desenvolviam sob o pretexto de manter a governabilidade (estávamos sob o governo federal de Dilma Rousseff – 2011/2016 –, cada vez mais acuado por essas articulações). No campo das políticas públicas, denunciava-se que, longe de seu compromisso constitucional, a federação, o estado e o município não promoviam o direito à cidade e ao bem viver de seus cidadãos. A crítica aos gastos públicos excessivos para atender às expectativas (e aos investimentos) externas e internas quanto à realização dos grandes eventos, enquanto os cidadãos padeciam com o desrespeito aos seus direitos constitucionais, foi vista como comprometendo a “paz social” necessária à realização de tais eventos.

O estado respondeu a essas críticas com uma repressão feroz; como então se dizia, com “tiro, porrada e bomba”. A responsabilidade por essa atividade, no Rio, cabia ao governo estadual, mas o governo federal colaborou com armamentos e munições (como eu mesma constatei ao ser quase atingida por uma delas marcada com sua origem). A grande mídia fez seu papel: de um apoio inicial às manifestações, na expectativa de que desgastassem o governo

Dilma, passou à criminalização das *Jornadas*, definindo-a como baderna, classificando os manifestantes como vândalos e, logo a seguir, como *black blocs*.<sup>14</sup> Ajudou, assim, a repressão policial a fazer minguar as manifestações com o medo e a desconfiança “do que viria”, que fizeram desertar os setores médios da população.

Mas é necessário observar também que, com a virulência da repressão policial às manifestações, outras críticas emergiram, duras e fortes. Entre elas, as dirigidas expressamente à violência do estado nas ruas e à letalidade policial nas periferias e favelas de todo o país, como destaque a seguir. A senha era “eu quero o fim da polícia militar”, cantada com força em diversas manifestações, ainda que progressivamente fossem menores em número e cada vez mais criminalizadas pelos governos e pela grande mídia. E, afinal, as *Jornadas*, em seu amplo sentido de sublevação e experiências de subjetivação, foram derrotadas pela repressão policial.<sup>15</sup>

Como contraposição, destaco, do ângulo da “*produtividade do fracasso*” das *Jornadas*, alguns conflitos que emergiram e agenciamentos promovidos. Começo com a faixa da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, um dos mais antigos coletivos de movimentos e moradores de favelas contra a violência policial do Rio de Janeiro, ostentada em diversas manifestações das *Jornadas*, sobretudo depois que a repressão policial se tornou mais acirrada: “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”.

Pela primeira vez, nos muitos anos em que acompanho os movimentos de favelas e periferias contra a violência policial/estatal, a faixa da Rede teve repercussão no asfalto. A repressão policial que se abatia sobre segmentos médios da população em protesto nas ruas pareceu-me abrir certa “janela” para que esses setores refletissem sobre como funcionava o estado.<sup>16</sup> Cada vez mais nas manifestações era intenso o coro “eu quero o fim da Polícia Militar”, puxado por militantes de favelas e periferias, mas secundado por manifestantes de outros segmentos populacionais e, certamente, inseridos em outros territórios de moradia. Dois episódios de violência policial contra moradores de favelas e periferias demarcaram esse campo e inspiraram reações de diversos movimentos.

Um deles foi “o desaparecimento de Amarildo”, pedreiro, morador da favela da Rocinha, então ocupada por uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em meados de 2013. Amarildo saiu para comprar limão e alho a fim de temperar o peixe que pretendia fazer para sua família. Foi levado por policiais da UPP para “averiguação” e nunca mais retornou. Sua família, inconformada e com apoio de militantes do campo dos direitos humanos, lançou a campanha:

<sup>14</sup> Sobre a tática *black bloc*, ver Leite e Farias (2015).

<sup>15</sup> Tentativas de diversos movimentos e coletivos de ressuscitarem, de algum modo, a *energia utópica* contida nas *Jornadas*, como por exemplo o movimento 2013+5, não lograram êxito (COSTA, 2019). Além de não conterem a *espiritualidade política* de antes, o Rio de Janeiro já vivia em outro contexto político, o do aprofundamento da militarização, que não se configurava como solo fértil para esse projeto. Ver, sobre esse ponto, especialmente Rocha (2015).

<sup>16</sup> Para saber mais ver Leite e Farias (2015).

“Onde está Amarildo?”. Esse brado de revolta e cobrança era dos mais ouvidos nas *Jornadas*, usualmente puxado por moradores de favelas e periferias e ecoado por seus movimentos organizados, mas também amplamente gritado por estudantes e segmentos populacionais das camadas médias que participavam das *Jornadas*. A pressão exercida nas ruas levou à investigação das causas da morte de Amarildo e a processos judiciais contra os envolvidos no assassinato (MENEZES, no prelo).

O outro foi a prisão do morador de rua Rafael Braga. Ele vivia nas imediações do centro da cidade do Rio de Janeiro. Despolitizado e totalmente alheio às manifestações de 2013, foi preso pela Polícia Militar nas imediações da Cinelândia/Lapa por trazer entre seus pertences uma garrafa do desinfetante. A acusação dos policiais foi de que Rafael integrava as manifestações e teria a intenção de, com o desinfetante, produzir um artefato terrorista (um “coquetel molotov”). As reações contra a prisão arbitrária de Rafael vieram inicialmente das organizações de defesa dos direitos humanos, mas rapidamente se generalizaram por outros movimentos e principalmente nas ruas, porque sua prisão evidenciava uma estratégia de criminalização das *Jornadas* que apelava ao racismo, uma vez que ele era negro, para produzir uma prisão espetacular de alguém cuja vida, esperavam, tivesse menos valor (BUTLER, 2019), mas que servisse de advertência aos manifestantes.

Ao contrário, a prisão de Rafael Braga e a campanha por sua libertação mobilizaram muitos movimentos e organizações de favelas e periferias, além de militantes do campo dos direitos humanos, estando constantemente na mídia alternativa e aparecendo também, mais ocasionalmente, na mídia oficial. Mais importante do que isso (para o que nos interessa neste artigo): despertou e mobilizou diversos movimentos de familiares de vítimas da violência estatal no Rio de Janeiro para a centralidade da luta contra o racismo institucional contido nas abordagens policiais, nos assassinatos praticados por essa corporação e na leniência do sistema judiciário em relação à apuração desses crimes e à responsabilização dos agentes que os praticavam (e continuam praticando) no estado do Rio de Janeiro.<sup>17</sup>

Era comum, até então, que os familiares das vítimas de violência policial em favelas e periferias tivessem clareza de que havia racismo envolvido no assassinato de seus filhos e parentes (“meu filho era negro e por isso foi executado...”), mas atribuíssem o racismo ao agente policial na ponta (por isso o policial o matou...).<sup>18</sup> Entretanto, como demonstrou Scabio (2023), a despropositada prisão de Rafael Braga e a campanha por sua libertação ajudaram muitos integrantes desses movimentos contra a violência policial a se darem conta de um racismo de estado, incrustado em toda a sua estrutura institucional e traduzido em suas políticas públicas, particularmente na política de segurança.

<sup>17</sup> Ver a excelente tese de Scabio (2023) que trata com fineza analítica esse tema.

<sup>18</sup> Ver Leite (2004, 2013).

Esses dois episódios e suas repercussões promoveram uma discussão, ainda que de forma difusa, no sentido da política de segurança pública, então atualizada, e que tinha como alvo os moradores de favelas e periferias submetidos a uma estratégia de guerra e aniquilação (BIRMAN; LEITE, 2018; LEITE, 2001, 2012; Magalhães, 2021). Durante as *Jornadas*, a crítica que enunciavam obteve amplo apoio e expressão. Não me aventuraria a pensar o que permaneceu desse apoio, sobretudo pela reflexão que avanço nas considerações finais.

Para os moradores de favelas e periferias, entretanto, seus efeitos foram mais permanentes em termos de traduzir sua luta contra a violência policial em uma luta contra a violência estatal em seus territórios de moradia, e também contra o racismo institucional contido nas políticas públicas brasileiras e expresso cotidianamente na ação dos agentes estatais (LEITE; FARIAS, 2015). Luta que se densificou com o movimento *Black Lives Matter* (TAYLOR, 2018), surgido nos Estados Unidos e que, rapidamente, espalhou-se por todos os países do globo, tendo sido apropriado no Brasil por movimentos de favelas e periferias contra a violência estatal e o racismo institucional.

### Considerações finais: a redefinição do “problema da ordem” e a militarização

Luiz Antonio Machado da Silva (2010), um dos principais analistas do chamado “problema da violência urbana” no país, publicou um excelente artigo no qual discutia a produção da linguagem da violência pública no Rio e seus impactos em termos da configuração do “problema da ordem”. O mote do artigo foi um texto publicado por Luís Eduardo Soares, em 2009, em que Soares sugeria a necessidade de refundar as polícias do Rio de Janeiro. Silva argumentava que o “problema da ordem” vinha, há anos, se deslocando de seus contornos iniciais, democráticos, em torno do conflito social e da distribuição de direitos para se localizar em torno da segurança pública. Contra-pondo-se à formulação de Soares, defendia, no artigo citado, a necessidade de uma refundação da sociedade através da crítica e do desmonte do “problema da segurança pública” nas favelas e periferias e inserido no interior da linguagem da violência urbana e da “metáfora da guerra” (LEITE, 2001).

Os 13 anos que nos separam dessa formulação e do debate que a motivou revelam claramente que, naquele contexto, Silva (2010) e Soares (2009) acreditavam na possibilidade de intervir no debate público sobre ordem, favelas e periferias e segurança pública, e de tentar produzir algum tipo de mudança na formulação desses problemas não apenas do ponto de vista analítico, mas sobretudo em termos de sua configuração no debate público de então.

A pergunta que me faço nos dias de hoje é: e nós, ainda acreditamos? Ainda que essa seja uma questão vital para o direito à cidade de todos e para a democratização efetiva da sociedade brasileira, temo que não, ao menos nos termos em que a construção do “problema da ordem” me parece ter sido consolidada desde então.



O argumento que sustenta essa reflexão consiste em que, nos últimos 10 anos, houve uma profunda virada no sentido e na direção da produção da “ordem” no Rio de Janeiro. Claro, essas forças já se manifestavam à época do debate que antes mencionei, e também estavam presentes no contexto das *Jornadas de 2013*. Mas, sugiro, se rearticularam e se potencializaram desde então.

Recorro aqui novamente a Foucault (2004) e à sua concepção de que os levantes populares, como os de 1968 na França (e, advogo, as *Jornadas* nas grandes cidades brasileiras), produziram, através de uma série de insurreições de condutas que questionavam o estado em seus fundamentos,<sup>19</sup> uma crise de governabilidade que levou a uma atualização do “problema da ordem” no Brasil.

Mantendo o foco de análise no Rio de Janeiro como um campo de provas desse processo, considero importante recuperar que, nessa cidade, palco principal dos “grandes eventos”, já vinha sendo conduzido um experimento para conter “insurreições de conduta” nas favelas e periferias, sob o argumento de delas expulsar o crime violento associado ao tráfico de drogas ilegais: a política de “pacificação das favelas” representada pela implantação das UPPs. A ideia era produzir um “cinturão de segurança”, através da implantação dessas unidades policiais em locais-chave da cidade, para assegurar a “paz social” necessária à realização dos “grandes eventos” (LEITE, 2012; LEITE; FARIAS, 2015).

À época das *Jornadas*, o projeto de *pacificação* já se encontrava em crise. Crise que se acentuou com o assassinato de Amarildo por policiais lotados na UPP da Rocinha e que, logo a seguir, explodiu, levando praticamente ao abandono do projeto de “pacificação” de favelas, ainda que várias UPPs continuem existindo (mas sem a mesma função). Poucos anos depois, em 2018, foi decretada a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, a pedido do então governador Luiz Fernando Pezão, que sustentava haver perdido o controle da ordem pública no estado para o crime violento. Seria preciso recuperá-la. A “intervenção” terminou de forma melancólica em relação a seu objetivo declarado. Mas foi vitoriosa quanto à redução do roubo de cargas que, sustentam Grillo e Hirata (2018), seria na verdade seu objetivo principal.

Ampliando nossa compreensão sobre esse processo, Lia Rocha (2015), em excelente artigo, recorre a Graham (2016) para analisar o processo continuado de experimentações estatais (da “pacificação” à “intervenção”) para conter “insurreições de condutas” e questionamentos ao estado, e sobre como essas experimentações se constituíram em elementos da construção e legitimação do processo de militarização de nossas cidades.

Acredito que a virulência da repressão que se abateu sobre as *Jornadas* já fazia parte do processo continuado de experimentações estatais para conter “insurreições de conduta” e questionamentos ao estado. Nas *Jornadas*, foram experimentadas algumas das novas tecnologias

<sup>19</sup> Colocando em questão e submetendo à crítica, “[...] a verdade econômica em relação ao erro, à incompreensão, à cegueira, o interesse de todos por oposição ao interesse particular, o valor absoluto da população como realidade natural e viva, a segurança em relação à insegurança e ao perigo, a liberdade em relação à regulamentação [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 363, tradução nossa).

de controle e vigilância preparadas para os “grandes eventos” e, assim, disponíveis no Centro Integrado de Comando e Controle da Polícia Militar do Rio de Janeiro.<sup>20</sup>

E, afinal, sob a intensa criminalização de seus manifestantes, sucessivamente figurados como baderneiros, vândalos, *black blocs*, “inimigos da cidade”, nas *Jornadas* e também na “intervenção”, se logrou produzir uma crescente aceitação de dispositivos militares de disciplinamento, controle e tutela dos pobres urbanos, nas ruas e/ou em seus territórios de moradia que, no limite, se efetiva como produção de mortes.<sup>21</sup>

## Referências

- ALI, Tariq. *O poder das barricadas*. Uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALVES, Munis Pedro. O acontecimento na história: uma análise teórica sobre o conceito de acontecimento nas obras “O queijo e os vermes” e “Eu, Pierre Rivière...”. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 337-357, 2014.
- BALBINO, Lorena. [Apresentação]. In: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana. São Paulo: N-1 Edições, 2019. p. 6-14.
- BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia Pereira. Rio e São Paulo – categorias emaranhadas e relativização dos seus sentidos nos estudos sobre (as chamadas) periferias. In: BARROS, Joana; DAL’BO, Costa; RIZEK, Cibele. *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. São Carlos: IAU/USP, 2018. p. 27-39.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- COSTA, Amanda Lima. *Ocupação urbana através das projeções: do Coletivo Projeção ao Junho de 2013 + 5*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Leçon du 5 avril 1978. In: FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population, Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Seuil: Gallimard, 2004. p. 341-470.
- FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRILLO, Carolina Christoph; HIRATA, Daniel Veloso. A intervenção de interesses privados na segurança pública no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 2 maio 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-intervencao-de-interesses-privados-na-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

<sup>20</sup> Cf. o relato de um dos interlocutores de minha pesquisa que integra a corporação da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> Ver Magalhães (2021) e Birman e Leite (2018), entre outros



- LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana. São Paulo: N-1 Edições, 2019. p. 102-142.
- LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004. p. 141-190.
- LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 374-388, 2012.
- LEITE, Márcia Pereira. De territórios de pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão de favelas em contexto de “pacificação”. In: BIRMAN, Patrícia *et al.* Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Faperj: Editora da FGV, 2018. p. 377-401.
- LEITE, Márcia Pereira. La favela et la ville: de la production des “marges” à Rio de Janeiro. *Brésil(s)*, [s. l.], v. 3, p. 109-128, 2013.
- LEITE, Márcia Pereira. *Para além da metáfora da guerra*: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- LEITE, Márcia Pereira; FARIAS, Juliana. Militarização e dispositivos governamentais para lidar com os inimigos do/no Rio de Janeiro. In: LEITE, Márcia Pereira *et al.* *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. p. 240-261.
- MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 36, n. 16, 2021.
- MALPAS, Jeff; WICKHAM, Gary. Governance and failure: on the limits of sociology, *ANZJS*, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 37-50, 1995.
- MENEZES, Palloma. Dez anos de muitas mortes. In: SANTOS, Myrian S; CID, Gabriel; FERNANDES, Ana Paula. *Memórias difíceis no estado do Rio de Janeiro*, no prelo.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- ROCHA, Lia de Matos. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: LEITE, Márcia Pereira *et al.* *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. p. 223-239.
- SCABIO, Jefferson de Lara. *A voz dos vivos: movimentos sociais nas margens do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência”: segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, ago. 2010.
- SOARES, Luiz Eduardo. Refundar as polícias. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 4 jan. 2009.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. O surgimento do movimento #vidasnegrasimportam. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 108-123, 28 dez. 2018.

 10.17771/PUCRio.DDCIS.66101